

APRESENTAÇÃO

Num tempo em que o mérito acadêmico e a produção intelectual são medidos essencialmente pela quantidade de textos que somos capazes de publicar, a iniciativa, surgida do Centro Acadêmico de História da UFPI, em criar a *Contraponto* é regida pela preocupação com a qualidade dos artigos que pretende divulgar. Assim sendo, essa publicação do corpo discente do Curso de História, em parceria com o PET de História da Universidade Federal do Piauí, pretende se constituir como um espaço de interlocução plural na historiografia brasileira.

Essa ambição, presente já nessa edição inaugural, não parece desmesurada. Afinal, além de quatro colaborações oriundas do Programa de Pós-graduação em História do Brasil (PPGHB) da UFPI, universidade em que a *Contraponto* está sediada, publicamos também dois artigos de mestrandos do vizinho Ceará, um do Rio Grande do Sul e uma resenha proveniente do Paraná. Por isso, não nos resta dúvida do alcance que a revista certamente terá.

É do extremo sul do país que vêm o artigo que abre nosso dossiê inaugural de HISTORIOGRAFIA. Alexandra Coda aponta de forma pertinente e instigante o lugar dos historiadores na história do Direito, antes frequentada majoritariamente por juristas. O que propõe é o necessário diálogo entre esses dois campos, à luz das contribuições teóricas de Certeau, Bourdieu e Hespanha. A leitura desse texto não deixa dúvida sobre a pertinência da abordagem dos historiadores nessa história contemporânea do Direito.

E como é cada vez mais necessário revisitar a Ditadura Militar, Sérgio Mendes nos conduz àquele período através de um panorama da imprensa alternativa que marcou os anos de chumbo. Ancorado no texto fundador de Bernardo Kucinski, o historiador analisa as significativas contribuições de Maria Paula Nascimento Araújo e Alzira Alves de Abreu para situar o leitor no debate historiográfico sobre o tema.

Já a historiadora Nercinda Brito nos convida a olhar Teresina de modo bastante singular e envolvente. Tendo como objeto central de pesquisa a morte, nos ensina que a mesma também precisa ser devidamente historicizada e desnaturalizada. Não se morre hoje como se morria há um século na capital do Piauí. Para investigar as representações e

práticas em torno da morte, no início do século XX, em Teresina, a partir dos discursos literários, religiosos e médicos da época, a autora analisa como a historiografia tem abordado esse tema.

Fechando o dossiê, João Paulo Costa retoma o clássico *Capítulos de história colonial*, de Capistrano de Abreu, relacionando-o com a produção de autores conhecidos como “indianistas” no século XIX. A intenção deste estudo é dimensionar o efetivo papel que, na perspectiva de Capistrano, tiveram os povos indígenas na formação da sociedade brasileira. Num tempo marcado pelo embate entre os historiadores vinculados ao IHGB – e tudo que este representa – e os defensores do “indianismo”, em torno da definição de um projeto de identidade nacional, a pergunta que dá título ao artigo soa como um convite à leitura: para que serve o índio na história do Brasil?

Passemos à Seção Livre da revista, mas continuemos nos clássicos. Ainda que seja um clássico meio esquecido, negligenciado nas disciplinas regulares dos cursos de História pelo Brasil afora, mas indubitavelmente um clássico. Josenias Silva compartilha sua particular experiência de leitura e descoberta da obra *América Latina* (1905), de Manoel Bomfim, procurando aquilatar o seu legado para a historiografia brasileira e para quem pretende pensar e refletir sobre o nosso país. A certa altura, o autor do artigo se pergunta: Por qual razão não conheci Bomfim antes? E você, caro leitor, já o conhece?

Pedro Pereira da Silva Guimarães foi deputado geral pela província do Ceará entre os anos de 1850 e 1854. Atuou também como redator e criador de alguns jornais, a exemplo de *O Popular*, além de ter sido um escritor de verve irônica e polemista. Mas o que Eylo Rodrigues analisa em seu artigo é a contribuição dos projetos desse parlamentar para a chamada Lei do Ventre Livre, sancionada em 28 de setembro de 1871. Temos assim uma boa medida do quanto esses projetos influenciaram os estudos de juristas dos anos 1860, refletindo-se na elaboração da referida lei.

Por fim, Renata Monteiro examina como a ciência adentrou o sertão do Ceará no final do século XIX. A grande seca de 1877-79 ensejou a vinda de diversos engenheiros para essa região, com o intuito de planejar e executar obras públicas que atenuassem ou resolvessem definitivamente esse problema secular. Temos então uma análise da atuação desses *homens da ciência* na construção do açude Cedro, localizado em Quixadá.

Raphael Carvalho brinda-nos ainda com uma resenha d'*O desafio biográfico*, de François Dosse. Como o gênero continua em evidência no mercado editorial, sobretudo na pena dos jornalistas, refletir sobre esse desafio que se impõe aos historiadores é algo da maior relevância. O trabalho em questão “sobre o gênero biográfico é, também, uma verdadeira exposição e problematização dos aspectos mais recentes e complexos em que se confrontam as ciências humanas e a teoria da história”. Tais palavras transcritas da resenha, por si só, justificam a leitura do livro que é objeto da primeira resenha publicada em *Contraponto*.

E que venha o segundo número!

Denílson Botelho